GUIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS- FD UCP

NOTA: O guia contém algumas optativas que já não estão a ser lecionadas, e não contém outras que, por ser o primeiro ano que estão a ser dadas, não nos foi naturalmente possível obter qualquer descrição ou informação.

Muitas descrições foram retiradas do próprio programa curricular do site da faculdade, que podem e devem sempre consultar na mesma.

Tendo em conta que os professores, os métodos de avaliação e o conteúdo lecionado muitas vezes mudam de semestre para semestre, não hesitem em contactar-nos caso alguma informação esteja desatualizada, enviando um e-mail para apoioaoaluno@aaducp.pt

Departamento de Apoio ao Aluno da AADUCP (2020/2021)

Link externo de acesso ao site da FDUCP para consulta das fichas das disciplinas optativas: ***https://fd.lisboa.ucp.pt/pt-pt/licenciatura-em-direito/licenciatura-em-direito/plano-curricular***

Índice

1º Semestre- Disciplinas Optativas 4

BIOÉTICA 4

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO 5

CONTRATOS BANCÁRIOS 6

CONTRATOS CIVIS 7

CURSO BREVE DE ARBITRAGEM 8

DIREITO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 9

DIREITO DA LIBERDADE RELIGIOSA 10

DIREITO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU 13

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 15

DIREITO DO DESPORTO 16

DIREITO ROMANO 17

EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS 18

INGLÊS JURÍDICO 19

DIREITO CANÓNICO 20

DIREITO DOS MENORES 22

1º Semestre- Disciplinas Optativas TLC 23

MOOT COURT - INTRODUCTION 23

GLOBAL GOVERNANCE 23

HUMAN RIGHTS 25

INTERNATIONAL INVESTMENT ARBITRATION 26

INTERNATIONAL LAW OF THE SEAS 27

INTRODUCTION TO ANGLO-AMERICAN LAW 28

INTRODUCTION TO EU COMPETITION LAW 30

INTRODUCTION TO EU INTERNATIONAL MARKET (nome antigo: International Market) 32

INTRODUCTION TO ISLAMIC LEGAL THOUGHT 34

INTRODUCTION TO THE LAW IN A DIGITAL ECONOMY 36

LAW AND GENDER EQUALITY 37

LAW IN THE AGE OF CLIMATE CHANGE 38

REPUTATION AND RESPONSIBLE BUSINESS 39

WE THE PEOPLES - UNITED NATIONS AS A GLOBAL LEGAL FORUM 39

EU ENERGY AND ENVIRONMENTAL LAW 41

THE REGULATION OF TECHNOLOGY INNOVATION 44
2º Semestre- Disciplinas Optativas 45
DIREITO DA SAÚDE 45
DIREITO DE AUTOR 46
DIREITO DO JOGO 47
DIREITO E VOLUNTARIADO 48
DIREITO EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS 50
HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS 51
PROCESSO EXECUTIVO 52
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 53
2º Semestre- Disciplinas Optativas TLC 54
BLOCKCHAIN AND THE LAW 54
EUROPEAN COMPANY LAW 55
EUROPEAN UNION COPYRIGHT LAW 56
FEDERALISM AND THE EU 57
INTERNATIONAL CRIMINAL LAW 59
INTERNATIONAL LAW IN THE AGE OF GLOBALIZATION 60
INTERNATIONAL LEGAL THEORY 61
LAW AND LITERATURE 62
MOOT COURT – TRIAL 63
PROPERTY LAW 64
QUESTIONS OF INTERNATIONAL LAW: AGRESSION AND EMERGING TECHNOLOGIES OF WARFARE 65
RESTORATIVE JUSTICE 66
RIGHT TO FAIR TRIAL 67
THE INTERNATIONAL PROTECTION OF SOCIO-ECONOMIC RIGHTS 68

1º Semestre- Disciplinas Optativas

BIOÉTICA

Professora: Ana Sofia Carvalho

Esta optativa fora da caixa, durante cerca de 4 sessões, leva-nos a refletir sobre situações do dia – a – dia numa perspetiva ética, e a estudar temas controversos da atualidade (aborto, morte medicamente assistida, etc). Temas, estes, que no contexto do nosso curso é difícil haver muitas oportunidades de analisar a fundo, sendo esta cadeira a ocasião ideal para tal. As aulas são um constante debate, onde podem comentar o vosso ponto de vista e tirar dúvidas com a professora.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito, no final das várias aulas da optativa, sobre um ou mais temas que a professora proponha.

"Relativamente à cadeira de Bioética, penso que os temas abordados foram, como não podia deixar de ser, temas muito interessantes e que estimulam os alunos. No entanto, fazendo uma crítica construtiva à cadeira, penso que deveria ser dada mais relevância às várias conceções existentes sobre a Ética (não apenas o imperativo categórico de Kant e o utilitarismo de Stuart Mill), uma vez que são essas conceções básicas que permitem solucionar os problemas éticos que os alunos irão encontrar pela vida fora. No geral, recomendo a cadeira por ser muito interessante!"

Diogo Mota

"Bioética, no meu ano, começou logo com um percalço, supostamente era um seminário que seria feito em outubro, porém atrasou-se e só começou em dezembro, o que atrapalhou bastante a época de exames, pois o trabalho foi para entregar em janeiro, mas isso é um aparte que não se deve voltar a repetir.

As aulas foram, por vezes, monótonas, e a professora passou bastante tempo das aulas a defender a sua posição sobre a eutanásia, algo que não gostei. O trabalho final, apesar de não ser difícil é extenso, porém dá para tirar uma boa nota. A professora também excedeu o tempo das aulas, era suposto serem de 3 horas, e a maior parte das aulas foram de 4.

No geral, não gostei muito da cadeira, e não gostei da forma como foi dada (acho que se fossem abordados outros tópicos seria bastante mais interessante)."

Anónimo

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

Professora: Carla Trindade

O seminário foca-se no direito processual tributário, que vai ser abordado em 4 capítulos: introdução, fontes e princípios; fase graciosa do procedimento tributário; fase judicial do processo tributário; e arbitragem tributária e execução fiscal. A professora disponibiliza *powerpoints* completos com toda a matéria que é analisada em aula e com casos e questões teóricas para serem debatidos em aula.

O **método de avaliação** consiste na média da participação em aula + um comentário final a um acórdão (é disponibilizada uma lista pela professora, cada aluno escolhe o acórdão que quer comentar e tem cerca de uma semana para o enviar).

"Recomendo o seminário a quem goste da vertente do Direito Publico e já tenha feito Direito fiscal. Ter bases de direito administrativo para fazer este seminário também é importante, por isso penso que seja uma optativa direcionada para alunos do 4°ano. A cadeira será especialmente interessante para quem tenha ideia de seguir o mestrado de fiscal e queira conhecer para além da vertente do direito subjetivo abordado na cadeira de Direito fiscal. É, sem dúvida, um bom complemento à cadeira de Direito fiscal."

Beatriz Palma Gonçalves

CONTRATOS BANCÁRIOS

Professora: Joana Farrajota

A cadeira pretende introduzir os alunos ao Direito Bancário, dando-lhes a conhecer os principais contratos e operações bancários. Neste contexto, serão analisadas, em especial, as figuras do contrato de abertura de conta, do depósito, bem como um conjunto de operações de crédito, desde o mútuo ao leasing e ao factoring. Trata-se de uma cadeira de pendor eminentemente prático em que se privilegiará a relação entre o Direito e a prática bancária.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito, com a duração de duas horas ou na apresentação de um trabalho.

"Vale muito a pena, essencialmente por ser uma área que existe permanentemente nas nossas vidas, e para a qual não há tempo nas cadeiras de Obrigações ou CNCO para aprofundar. Aborda-se renting e leasing, a particularidades dos juros bancários e a amplitude de contratos que um banco oferece".

Pedro Casal

"É uma cadeira muito interessante e com aplicabilidade prática. Uma boa parte do programa foca-se numa área com que todos nos podemos identificar, os contratos de depósito e de crédito bancários e os respetivos regimes legais. Tratamos ainda de outros contratos de crédito conhecidos, como as linhas de crédito ou a locação financeira (leasing), e outros menos conhecidos, como a cessão financeira (factoring). A professora até está disponível para fazer alterações ao programa tendo em conta outros contratos bancários que os alunos sugiram analisar. A professora Joana Farrajota é simpática, disponível, interativa nas aulas e suscita, nos alunos, interesse pela matéria que leciona. Apesar de resolvermos casos práticos durante o semestre, para ter avaliação contínua é necessário realizar um trabalho escrito sobre um dos temas disponibilizadas pela professora, também com a hipótese de sugerir outro tema que terá de ser aprovado pela professora. A avaliação final é na forma de exame escrito, com casos práticos e uma pergunta teórica, sendo que a maioria acaba com muito boas notas. A professora diz que é necessário ter completado as cadeiras de TGN, Direito das Obrigações e CNCO para fazer esta optativa, o que apesar de recomendável, na verdade não é essencial. Recomendo vivamente a cadeira, especialmente para quem gostou de TGN, CNCO e Direito Comercial. Há bibliografia disponível, mas as aulas são suficientes."

Diogo Melo Pereira

CONTRATOS CIVIS

Professor: Pedro Pais de Vasconcelos

Esta optativa centra-se em proporcionar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre dois dos principais contratos onerosos tipificados no Código Civil Português (compra e venda e locação em especial o arrendamento urbano). Pretende-se, também, que os alunos sejam capazes de resolver casos práticos, e que fiquem a conhecer o modo como as regras jurídicas têm sido aplicadas pela Jurisprudência, através da análise de decisões jurisprudenciais. É mais aconselhada para alunos de 3º e 4º ano, pois ajuda já ter tido algumas cadeiras de direito privado como TGN, Obrigações e Reais.

O **método de avaliação** consiste na participação nas aulas, um trabalho a meio do semestre (no ano 2020/2021, foi um comentário a um acórdão) e um teste no final do semestre.

"Achei a cadeira superinteressante, ganha-se muito conhecimento sobre os contratos civis."

Henrique Vasconcelos

CURSO BREVE DE ARBITRAGEM

Professor: Luís Miguel Cortes Martins

Nesta optativa, aprende-se o funcionamento e as regras gerais da Arbitragem numa perspetiva essencialmente nacional, ainda que de forma introdutória. A arbitragem é um método de resolução de conflitos, através do qual as partes definem uma pessoa ou uma entidade que irá solucionar a controvérsia em causa, sem intervenção do poder judicial. Este curso explora as suas vantagens como forma de resolução de litígios e visa familiarizar o aluno com as diversas fontes normativas do instituto, promovendo a compreensão do interesse prático.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito com uma série de perguntas de entre as quais o aluno pode escolher a quais responder, havendo sempre a possibilidade de se melhorar a nota em sede de oral de melhoria.

"Gostei bastante da cadeira, o professor era muito claro na exposição da matéria. Recomendo!"

Helena Lanova

"Gostei da cadeira. Aconselho mais a alunos que estejam a fazer Processo Civil, dado o certo encadeamento entre as duas cadeiras. O exame é fiel a tudo o que se dá nas aulas, pelo que o que está na drive de exames ajuda imenso a preparar. O professor faz no início de cada aula uma espécie de resumo da aula anterior, através de perguntas aos alunos e considero que esse momento é ideal para participar. Não foi bem clarificado, mas penso que a participação ainda conta bastante para a nota final, considerando a pauta final e as notas do exame. Assim, aconselho a participarem nas aulas, a estudarem sempre as aulas anteriores, a tirarem muitos apontamentos durante as aulas e a terem atenção ao rigor linguístico, porque o professor é exigente. As aulas são fáceis de acompanhar e são interessantes, nomeadamente porque já tinha feito Processo Civil. O exame é sem consulta e precisamos apenas de legislação. O professor dá ainda a possibilidade de fazer orais de melhoria, o que é benéfico. Como foi no início de novembro, também facilitou, porque não ficou em cima das outras avaliações."

Anónimo

"Recomendo este seminário aos alunos do 4º ano pelo facto dos conhecimentos adquiridos na cadeira de Processo Civil serem retomados neste seminário, o que configura uma vantagem na compreensão dos mesmos. O CBA não vos irá ocupar muito tempo de estudo, dado que o seu programa é pouco extenso e os conteúdos abordados serem inteligíveis."

Maria Chambel Costa

DIREITO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Professor: Luís Barreto Xavier

É uma cadeira relativamente nova, que começou em 2019/20, e fala de vários temas relacionados com a Inteligência Artificial, entre eles a autonomia; a responsabilidade civil por danos causados por Inteligência Artificial; bases de sistemas de Inteligência Artificial; impacto no mercado de trabalho em geral; personalidade jurídica dos sistemas de Inteligência Artificial; regulação; ética e privacidade; impacto nas profissões jurídicas; etc. As aulas centram-se na participação dos alunos nas temáticas da semana, atribuindo-se uma avaliação contínua ao aluno que funciona nos mesmos moldes das cadeiras obrigatórias.

O **método de avaliação** consiste um trabalho escrito sobre um tema à escolha dos vários temas propostos pelo professor. Os temas são os tópicos que são percorridos ao longo do semestre.

"É de louvar a recente criação da cadeira optativa de Direito da Inteligência Artificial. Vivemos uma era de exponencial desenvolvimento tecnológico que potenciou a criação de sistemas de IA. No entanto, surgem preocupações éticas e jurídicas associadas a este setor, sendo importante discuti-las com espírito crítico. Foi precisamente isso que fizemos ao longo do semestre nesta cadeira, num ambiente de diálogo livre entre o Professor e os alunos. São problemas atuais com elevada relevância prática na vida de todos nós, passando muitas vezes despercebidos os efeitos destes sistemas. Recordo-me de precisamente no meu primeiro dia de aulas na faculdade, o Diretor Jorge Pereira da Silva falar sobre a profissão de jurista e o impacto que os sistemas de IA já têm a revolucionar este campo. Esta foi precisamente uma das temáticas da cadeira, acompanhada de muitas outras extremamente relevantes, tais como a responsabilidade civil, a personalidade jurídica e vários outros temas, fazendo pontos de ligação com outras cadeiras do curso. Profundamente interessante e relevante. Recomendo vivamente!"

Diogo Melo Pereira

"Achei que foi uma cadeira bastante interessante, o professor é bastante compreensivo e sempre pronto a ajudar. O trabalho também é extenso, mas é bastante interessante e conseguimos, de certa forma, compreender e entrar num mundo novo, que sem esta cadeira não seria possível. Em geral, gostei muito da cadeira e recomendo a toda a gente."

Anónimo

"A cadeira de DIA permite aos alunos contactarem diretamente com uma das áreas com maior potencial de crescimento nas próximas décadas e começarem a

refletir sobre as implicações que a massificação dos sistemas de IA terão seja na sociedade civil, seja nos ordenamentos jurídicos internos e internacionais. O docente estimula à participação e à reflexão crítica dos alunos sobre os mais variados temas, levando a que as aulas sejam dinâmicas e proveitosas. Com esta cadeira os alunos ficarão por dentro dos principais problemas e discussões em torno de uma das denominadas "áreas do futuro" e, especialmente, das suas consequências para a prática jurídica como hoje a conhecemos."

Ricardo Amaro

"Gostei muito da cadeira de direito da inteligência artificial - muito participativa e interativa, explora temas muito atuais, e o professor é mesmo muito acessível. Em todas as aulas é requerida a nossa opinião e participação, sendo esta bastante valorizada visto que a AC conta 50% da nota final. Os temas abordados em aula são de extrema atualidade . No fundo, as aulas consistem numa análise crítica dos vários temas feita tanto pelo Professor como pelos alunos. Gostei muito e recomendo vivamente esta cadeira."

Sofia Belmar da Costa

"Fiz direito da inteligência artificial no meu 2 ano de licenciatura e senti que não é necessário qualquer base adicional, sendo perfeitamente acessível.

É uma cadeira super interessante e atual, sendo que o docente conduz a aula em torno de debates em relação a diferentes temas mais "polémicos" relativamente aos algoritmos de machine learning, trazendo por muitas vezes convidados internacionais e nacionais de relevância para participarem.

Quanto à avaliação final, é um take-home exam com perguntas que são elaboradas e disponibilizadas pelo Professor na última semana do semestre - não sendo nada de complicado e as notas são muito boas!

Em geral, gostei muito e recomendo!"

DIREITO DA LIBERDADE RELIGIOSA

Professor: Miguel Assis Raimundo

A cadeira dá-nos uma visão sobre a realidade jurídica da religião na Europa, na comunidade internacional e em Portugal, e a forma como a mesma determina a constituição do Direito ao longo dos tempos e no panorama atual. A aprendizagem desta disciplina tem como objetivo a familiarização dos estudantes com os fundamentos do Direito da Liberdade Religiosa em Portugal e em perspetiva europeia e internacional, que consistem, essencialmente, na compreensão da liberdade religiosa como direito fundamental, e nos princípios jurídicos que estruturam a relação entre o Estado e as confissões religiosas.

O **método de avaliação** consiste numa ponderação entre a participação nas aulas e um trabalho escrito final.

"Direito da liberdade religiosa foi uma cadeira que me surpreendeu bastante, pois nunca pensei que houvesse tanto a dizer sobre liberdade religiosa num país como o nosso. Foi uma cadeira onde consegui obter um bom resultado, sem a dificuldade habitual das restantes cadeiras deste curso. É também uma cadeira que será melhor aproveitada depois de fazer Direito Constitucional, pelo facto de que são feitas várias pontes entre as matérias."

Francisco Pena

" Este seminário dura o semestre inteiro e tem 3 ECTS. Nas aulas são discutidos vários temas, onde o professor recomenda a leitura e análise prévia de artigos, documentos, acórdãos, etc. O método de avaliação consiste na participação nas aulas e de um trabalho escrito final, a ser entregue no início de janeiro. Pessoalmente, acho que este seminário se mostrou mais trabalhoso do que algumas cadeiras obrigatórias: para além da necessária preparação prévia dos temas das aulas e de um trabalho escrito final, o professor pediu aos alunos uma apresentação oral de vários temas já escolhidos por si - o que manifesta, na minha opinião, um nível de dedicação à disciplina que não é justificativa pelo pouco número de créditos em que esta se traduz. Não obstante, alguns dos temas discutidos nas aulas são bastante interessantes, como o direito à liberdade de objeção de consciência no ensino religioso ou a liberdade de expressão e a liberdade de crítica religiosa."

Daniela Parreira

"Considero que a cadeira de direito da liberdade religiosa aborda temas bastante interessantes. Foi discutido, a título de exemplo, a obrigatoriedade da disciplina de educação para cidadania, tema este até polémico, assim como o uso de símbolos religiosos, entre outros. Apesar da matéria discutida ser cativante, muitas vezes o trabalho pedido pelo professor, que incluía análise de documentos e jurisprudência,

era excessivo tendo em conta que a cadeira vale apenas 3 créditos. Realizou-se ainda uma apresentação que incidiu sobre matérias estudadas e como elemento final de avaliação foi realizado um trabalho escrito de tema livre."

Margarida Veiga

"Professor muito acessível. Achei as aulas interessantes, mas também pode ter sido porque sou muito interessado em religião. As notas não foram nada por aí além. Tive 14, mas só tivemos de fazer um trabalho e uma apresentação."

DIREITO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Professor: Óscar Alberto Madureira

A disciplina pretende ensinar ao aluno os conceitos básicos para a compreensão do Direito da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), servindo, numa perspetiva dinâmica, como disciplina de preparação para os estudantes, especialmente os oriundos da RAEM, que pretendam, após a licenciatura, desenvolver a sua atividade profissional na RAEM, nas diversas áreas do direito. A disciplina contemplará noções dos diferentes Ramos do Direito de Macau, a sua estrutura e características específicas, complementando, assim, em nota jus comparatística, a formação geral dos alunos, proporcionada pela Escola de Lisboa. Pretende-se que os alunos, no final da cadeira fiquem dotados de um conhecimento sólido da realidade normativa da RAEM, com especial ênfase para as áreas do Direito Público – em especial, Constitucional – e dos Direitos Civil, Criminal, Comercial e Laboral. Concomitantemente, e como realidade inseparável da economia da RAEM, a cadeira deverá preparar os alunos para frequentarem o seminário de Direito do Jogo – a abrir no segundo semestre -, essencial para desenvolverem a sua atividade profissional em Macau.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito final.

"É uma cadeira muito interessante, em que se estuda a história da região administrativa e de forma breve vários ramos do direito de Macau. As aulas foram lecionadas por vários professores especializados nas diferentes áreas, o que tornou as aulas mais dinâmicas. O exame é acessível e eles dão boas notas."

Francisca Andrade

"Na disciplina de Direito da RAEM, o Professor Pedro Cortés e alguns docentes convidados exploram os principais ramos do Direito de Macau (Direito Público, Civil, Comercial e do Trabalho) de uma forma muito sucinta e que permite ficar a conhecer de uma forma muito geral este ordenamento jurídico. Esta análise é feita tendo sempre em conta a relação da RAEM com a República Popular da China e os objetivos da China para esta região especial, bem como as diferenças e semelhanças com o sistema jurídico português e até algumas influências que este ainda tem em Macau. A cadeira serve ainda como uma boa preparação para o seminário de Direito do Jogo, um ramo de Direito com extrema importância em Macau. Tudo isto, são assuntos extremamente relevantes para quem tenha interesse em desenvolver algum trabalho relacionado com a RAEM. A avaliação de DRAEM é feita com base em alguns quizzes feitos ao longo do semestre e num teste exame final, para o qual prestar alguma atenção nas aulas é suficiente para ter boa nota."

António Cortez

"Cadeira bastante acessível e interessante, o método de avaliação é um exame final presencial, mas com consulta, exame esse com a duração de 3 horas (são efetivamente precisas as 3 horas) sobre os temas que foram dados ao longo do semestre."

"Muito boa optativa, matéria muito interessante, aulas dinâmicas, professor fenomenal. recomendo 100%. O exame é com consulta e é fácil obter bons resultados."

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Professor: Filipe Venade

Nesta disciplina optativa, terão a oportunidade de explorar melhor o mundo do Direito das Pessoas com Deficiências e todas as suas variantes e adaptações, numa tutela multinível dos direitos humanos. Esta é uma realidade distante, com a qual a maioria de nós não se confronta no dia – a – dia. Se se decidirem inscrever, poderão aprender para além do Direito comum, fazendo-nos perceber que o Direito é para todos.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito final.

"Esta é uma cadeira muito inovadora, que nos põe a pensar. Faz-nos perceber que há inúmeras temáticas que, ao longo do nosso curso, não são abordadas, mas que são essenciais devido à sua vertente humanitária, e que ainda falta muito para atingirmos uma igualdade de Direito para todos. Faz-nos abrir os olhos."

José Doroana Almeida

DIREITO DO DESPORTO

Professor: José Manuel Meirim

A cadeira incide no estudo dos vários estatutos e regimes que se adequam ao Desporto em Portugal, nomeadamente em olhar para o Direito ao Desporto como um direito fundamental (constitucionalmente) e as suas diferentes fontes, tanto internas como internacionais. O aluno ficará, também, apto a dominar algumas das mais importantes estruturas desportivas – organizações desportivas como as federações desportivas, as ligas profissionais, os clubes desportivos ou as sociedades desportivas.

O **método de avaliação** consiste num exame e num trabalho final.

"Eu recomendo vivamente, é interessante e é uma área um pouco 'discreta' que deveria ser mais explorada! O Professor é 5 estrelas, tem um à-vontade caraterístico nas aulas e explica bem as coisas. A única queixa geral que conheça será mesmo a exigência face à avaliação final, que porventura terá também sido reduzida, visto que agora em regime de Covid se faz um trabalho final apenas."

Afonso Biscaia

"Fiz direito no desporto no segundo ano, e não recomendo. As aulas não são nada apelativas, e acho que não temos bases suficientes de legislação desportiva para compreender a profundidade do tema. A avaliação é feita por trabalho, sendo que este ainda requer algum esforço."

DIREITO ROMANO

Professor: Carlos Sardinha

Nesta optativa, aprende-se a história político-constitucional de Roma e as fontes do Direito Romano, aprofundando o que já se aprendeu na disciplina de História do Direito. O programa do curso passa pela importância do Direito Romano, transmite-nos os aspetos mais importantes da história político-constitucional de Roma e, por fim, apresenta, nos seus traços gerais, as fontes do Direito Romano no contexto da sua evolução histórica.

O **método de avaliação** consiste numa chamada oral, mais ou menos, de 20 minutos. O aluno escolhe o dia em que quer fazer a mesma. O exame oral consiste em perguntas feitas pelo professor sobre um determinado tema, normalmente, os temas abordados nas últimas aulas.

"Eu aconselho vivamente esta optativa, pelo simples facto que não é muito trabalhosa e facilmente tiram uma nota acima de 14. Dá para fazer a oral logo na segunda aula, e se tiverem uma nota que vos agrade ficam logo despachados!"

Luís Prazeres

EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS

Professor: Alexandre Sousa Machado

A optativa vai aprofundar o conhecimento da parte do Código Civil que legisla as responsabilidades parentais, permitindo aos alunos ganhar aptidão para analisar de forma legítima, crítica e responsável casos jurídicos na área ministrada. Paralelamente, estudar-se-ão todos os conceitos fundamentais para a interpretação dos processos, tais como filiação, maternidade e paternidade, guarda, custódia, etc., que também serão uma prioridade da disciplina.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito final.

"Gostei bastante da cadeira. Na altura, quando fiz a cadeira, não havia um exame final, e sim apresentação de trabalhos!"

Bárbara Bento

INGLÊS JURÍDICO

Professora: Jane Duarte

Esta cadeira permite que os alunos fiquem habilitados a identificar, interpretar e reproduzir documentos de vários formatos, sendo essencial a participação em aula. Foca-se, também, no desenvolvimento das habilidades de comunicação sobre temas atuais ou polémicos da sociedade.

O **método de avaliação** consiste numa apresentação oral obrigatória e dois testes ao longo semestre, tendo-se também em conta a participação.

"Acho que a exigência da cadeira não se adequa aos créditos, consumiu muito tempo, visto a carga horária ser muito grande. Há trabalhos de casa e é importante participar."

Joana Sanches Horta

"Nesta cadeira treina-se principalmente escrever/ler/falar em inglês formal. É uma cadeira fácil de fazer, mas não é muito útil se tiverem facilidade com o inglês e quiserem aprender mais termos jurídicos ou aquele inglês que se vê nos textos de MdC. A avaliação, pelo que percebi, pode mudar de semestre para semestre. No meu caso, os métodos de avaliação foram: duas redações; um teste escrito; uma conversa com a professora; um trabalho de grupo."

"Faz se muito bem, dá para ter uma boa nota. A professora é muito simpática e aprende-se coisas interessantes e importantes. Aconselho muito essa optativa. As aulas são muito à base de discussão e debate de temas da atualidade, requer pouco estudo, é útil e dá boas notas."

"A professora fez algumas mudanças na avaliação e nos trabalhos que mandava para casa!

Este semestre fez as coisas mais "leves", raramente tínhamos trabalho para preparar para a aula seguinte e era muito à base de participação na aula/discussão sobre temas. O método de avaliação é um teste e exame oral mas nada para ficar assustado porque é bastante descontraído.

As notas foram bastante boas e acho que é uma optativa que se faz muito bem e gostei muito do facto de não ter nenhum trabalho para fazer para a optativa quando estava a estudar para a época de exames."

DIREITO CANÓNICO

Professor: João Amaral Vergamota

Esta unidade curricular pretende introduzir os alunos no estudo do Direito Canónico, aprofundando qual é a sua natureza e o seu lugar na vida da Igreja e da Sociedade. Este estudo far-se-á — depois de uma breve exposição histórica e fundamentação teológica e jurídica — através da análise dos cânones mais importantes dos sete livros do Código de Direito Canónico de 1983, sem esquecer algumas questões relevantes de Direito Público Eclesiástico (relações Igreja-Estado).

A unidade curricular é eminentemente expositiva. Contudo, prevê igualmente uma componente prática, quer seja na área de pesquisa histórica do Direito Canónico, quer seja no estudo de documentos jurídicos atuais (canónicos e civis) como decretos, sentenças, ou rescritos (entre outros). Esta componente prática será tida em conta na avaliação final.

A avaliação final realizar-se-á por meio de exame escrito, com a duração de 2h (prolongável por meia hora). O aluno que obtiver, no exame escrito, nota de 10 (dez) valores ou superior considera-se aprovado.

"Frequentei a optativa de direito canónico, optativa esta que é lecionada pelo Padre João Verga Mota e recomendo vivamente. As aulas tinham a duração de 1h45m e eram sempre muito interativas e dinâmicas. O Padre João tenta sensibilizar-nos para várias questões importantes em que o direito canónico intervém e até a influência que o mesmo tem no direito civil. Gostei muito do programa da disciplina, e considero que o Padre João tem uma grande capacidade de cativar os alunos. A avaliação da disciplina é baseada num teste de avaliação que acontece na última semana de aulas, e claro que também tem em conta a assiduidade nas aulas. O Padre João no final das aulas fornece sempre aos alunos apontamentos sobre a mesma, que serão preciosos para o estudo para o teste. Além disso, antes do teste é nos dado um documento com a matéria sobre a qual irá incidir as perguntas deste mesmo teste. Recomendo a todos os meus colegas fazerem esta disciplina, conseguem ter uma boa nota e aprendem conteúdos interessantes."

"Considero que a optativa de direito canónico, lecionada pelo padre João Vergamota foi uma excelente forma de conhecer um pouco mais acerca da religião católica, desde toda a sua constituição até o seu funcionamento interno. É uma cadeira que incide maioritariamente em matérias ligadas ao casamento católico, a sua anulação, mas não só. Para além de cativar os alunos, o padre João procura sempre dinamizar as aulas ao máximo através de esquemas ou da apresentação de exemplos práticos que facilitam na aprendizagem dos conteúdos

em questão. As aulas têm a duração de 1 hora e 15 min e são apenas uma vez por semana. No moodle é sempre disponibilizado um resumo de todas as aulas, algo que vem facilitar os alunos no estudo para o teste que terão no fim do semestre. Neste sentido, recomendo a todos os que tenham interesse por estas matérias a dar uma oportunidade à disciplina, e prometo que não se vão arrepender!"

DIREITO DOS MENORES

Professor: Alexandre Sousa Machado

"A optativa de direito dos menores é uma optativa bastante interessante e o professor tem um vasto conhecimento não só relativamente ao tópico em si, mas essencialmente sobre direito da família, o que permite adquirir conhecimentos para além do tema central.

Considero, contudo, que acaba por existir alguma dispersão e pouco foco quanto ao tema central, o que acaba por dificultar a aquisição de conhecimentos.

O professor, ao longo das aulas, menciona alguns casos que nos permitem compreender melhor a vertente prática das matérias.

Em termos de avaliação, fiz uma apresentação em grupo sobre um tema sugerido pelo professor e um "take home exam" com três perguntas que teriam de ser respondidas numa página (máximo).

Ainda assim, aconselho o seminário."

1º Semestre- Disciplinas Optativas TLC

MOOT COURT - INTRODUCTION

Professor: Ricardo Oliveira

O objetivo desta disciplina é preparar e acompanhar os alunos que concorrem ao Ilsa Jessup Moot. Os conteúdos programáticos são adaptados ao caso prático que, anualmente, é usado no moot court.

Os conteúdos programáticos propostos permitem preparar os alunos para a competição e melhorar as suas aptidões de exposição oral de argumentos jurídicos.

O ensino é presencial e a avaliação é feita através de uma simulação de julgamento.

"Cadeira muito exigente e trabalhosa, um aluno de 3º ano para baixo ainda não está preparado a fazer. Só recomendo a alunos de 4º ou alunos de 3º com mais tempo livre."

GLOBAL GOVERNANCE

Professor: Luís Barroso

Focada na União Europeia, a disciplina pretende familiarizar os alunos com a natureza da organização da administração da UE, com ênfase nas suas novas formas de governação e poder executivo. Adicionalmente, espera-se que os estudantes consigam desenvolver opiniões sustentadas acerca de desafios jurídicos relacionados com a cada vez mais integrada e revelante administração europeia, em termos de funções e controlo.

O **método de avaliação** consiste num balanço entre a teoria e a prática, pelo que a avaliação final basear-se-á essencialmente no exame escrito, aliado a uma consideração positiva de uma participação ativa ao longo das aulas.

"O que eu achei é que se trata quase como um complemento da cadeira de Direito da UE com uma mistura de Direito Administrativo. É uma cadeira interessante que ajuda a perceber mais o processo de regulamentação dentro da UE e não é muito complicada. A matéria é de fácil perceção, o professor disponibilizou documentos para que nós preparássemos as aulas, e em todas as aulas ele procurava o máximo de participação possível. Assim, considero que a avaliação contínua é essencial para esta cadeira."

Vitor Davi

HUMAN RIGHTS

Professor: Pavel Molek

A disciplina aborda os problemas básicos dos direitos humanos numa perspetiva comparativa, definindo as características específicas da relação entre direitos humanos e titulares e portadores de direitos. Será também analisada a evolução do pensamento filosófico e a proteção prática dos direitos humanos (Magna Carta e Declaração Universal dos Direitos Humanos) e a estrutura dos instrumentos contemporâneos de proteção dos direitos humanos em órgãos nacionais, regionais (especialmente da UE e do Conselho Europeu) e universalmente, bem como os procedimentos utilizados por esses órgãos. Ao estudar a jurisprudência do Tribunal de Justiça e de outra jurisdições nacionais, comentários e decisões de vários órgãos universais de direitos humanos, a disciplina aprofunda ferramentas básicas de interpretação dos direitos humanos e dos seus conflitos.

O **método de avaliação** consiste num moot court (12 valores) + na participação em aula (8 valores).

"Eu gostei imenso de human rights. Tive 18. É uma cadeira mega interessante que só recomendo fazer depois de terem feito direito da União Europeia e direitos fundamentais. O professor é mega acessível e simpático e faz com que as aulas sejam muito dinâmicas. Por fim, a única cena chata é que, pelo menos no meu ano, tivemos a cadeira todos os dias de manhã durante 2 semanas, e depois só tivemos 1 dia para preparar o moot court. O professor escolhe grupos de pessoas macaenses, de Erasmus e portuguesas, de forma a tentar fazer com que os alunos se conheçam e interajam entre sim. Só não gostei que não tivéssemos muito tempo para preparar o moot court, até porque é com pessoas que nem sequer conhecemos. O moot court é um julgamento em que tens 2 partes e cada parte tem ao todo uns 10 minutos para apresentar o seu caso. 7 ou 5 para apresentar o caso, e depois 2 minutos para contestar o que a outra parte disse. E não há tolerância. O que é chato, porque a avaliação dá-se em 2 minutos. Mas não me arrependo nada. O melhor método para fazer a cadeira é tentar participar em todas as aulas, porque quanto mais participares, melhor nota vais ter, mesmo que o moot court não corra tão bem. O moot court vale mais do a participação, mas acho que o professor recompensa quem participa mais".

Anónimo

INTERNATIONAL INVESTMENT ARBITRATION

Professor: Tiago Duarte

A disciplina de International Investment Arbitration analisa os principais aspetos da arbitragem internacional de proteção de investimentos, que envolve a resolução de litígios entre investidores internacionais e Estados soberanos.

O **método de avaliação** consiste num exame de verdadeiro/falso.

"Este seminário é bastante enriquecedor, deixa-nos muito cativados e ansiosos para aprender mais sobre o processo de arbitragem internacional, é bastante acessível mesmo para alunos que começam no 2º ano a fazer o TLC. O professor disponibiliza PowerPoints completos, e tudo o que diz na aula é o que precisamos de saber para o exame final. O professor é muito prestável, ajuda no que for preciso, e é bastante generoso com as notas. As aulas não são de todo aborrecidas, e o exame final é um exame de Verdadeiros e Falsos. Se tivermos atentos e participativos nas aulas, é o suficiente para tirar uma boa nota no seminário."

Inês Oliveira

"É uma cadeira interessante que consegue, no número de horas reduzido que tem, dar um bom insight do que é a arbitragem internacional, sem ser excessivamente exaustivo, mas com a suficiente profundidade. A dificuldade é proporcional às horas e ao número de créditos e o professor mostrou-se sempre disponível a ajudar os alunos. As aulas são fáceis de acompanhar, o inglês não é demasiado técnico ao ponto de dificultar a compreensão, e são-nos proporcionados os materiais necessários para o estudo e para fazer o exame sem grandes dificuldades. Se perguntarem se o recomendo: sim. As notas foram boas, a matéria era interessante e o Tiago Duarte é uma personagem que fez as aulas um bocado mais ativas e engraçadas do que se podia estar à espera."

Raquel Paramés

INTERNATIONAL LAW OF THE SEAS

Professor: Irini Papanicolopulu

Nesta disciplina de TLC, vai-se abordar o Direito Internacional do Mar. O intuito da cadeira é ensinar os alunos um método crítico de pensamento e compreensão das regras e princípios fundamentais do Direito do Mar. É um seminário à base de *problem solving*, que aborda alguns problemas relacionados com o mar, como a poluição marinha (derrames de petróleo, pesca proibida…) e os vários tratados e responsabilidade dos Estados nesse domínio.

O **método de avaliação** consiste num *take home exam*.

"Ótima professora, e matéria superinteressante, mas que tem algumas partes não muito óbvias e bastante específicas."

Anónimo

"É uma cadeira que pode até parecer um pouco árida nas primeiras aulas, mas que se torna muito prática e muito interessante a certa altura. A professora é simpática e acessível, sempre pronta a discutir os assuntos que mais interessam aos alunos nesta área. A avaliação é feita com base num trabalho escrito (resolução de um caso prático), que exige algum tempo, pesquisa e rigor no formato e número de palavras, mas que ao final compensa! Temos um prazo bastante alargado para o enviar (geralmente 1 mês) e há alguma margem de criatividade nas soluções que podemos apresentar. É uma boa cadeira para se fazer em qualquer altura do curso (eu fiz logo no 2º ano, e havia pessoas até ao 4º). As notas são, em geral, boas (no meu ano foi até ao 18). Aconselho a irem tirando bons apontamentos das aulas, porque fica muito mais fácil de resolver o essencial do caso."

Mariana Ferreira

"Trata-se de seminário dinâmico e a professora está sempre disponível a sugestões e dúvidas. O Método de avaliação adequado ao conteúdo: trabalho com x palavras, sobre solução de um caso prático, com um prazo para entregar longo, participação é valorizada mas método principal é o trabalho."

Beatriz Marques

"Foi uma cadeira interessante na sua maioria e achei a professora muito competente e simpática. A professora incentiva a participação nas aulas e quando

eu fiz a cadeira (via zoom) em todas as aulas acabava por nos dividir em breakout rooms para discutirmos um caso prático que ela nos dava e no fim tínhamos que apresentar à turma.

O método de avaliação foi um take home exam que no fundo se traduzia num caso prático grande onde a dificuldade era identificar os problemas e explicar de forma concisa as várias hipóteses de resolução.

As notas variam, mas regra geral são boas, foram atribuídas várias cotações acima dos 15 valores."

INTRODUCTION TO ANGLO-AMERICAN LAW

Professor: Bruce La Pierre

Esta optativa procura ensinar aos alunos a exclusividade da lei americana, vendo a lei como processo: uma combinação de direito comum, lei estatutária e lei constitucional. Assim, aborda-se a forma de aplicação dos casos, estatutos e Constituição por parte dos advogados e juízes americanos. Em acréscimo, os alunos aprenderão acerca do funcionamento dos tribunais americanos e do meio como estes protegem os direitos individuais, desenvolvendo capacidades de análise de casos concretos.

O **método de avaliação** consiste num *take-home exam*, composto por um conjunto de perguntas às quais os alunos têm um dia inteiro para responder.

"A optativa de Introduction to Anglo-American Law oferece uma excelente perspetiva sobre os principais "landmark cases" da jurisprudência norte-americana, com especial incidência sobre os temas de "product liability", lançando as bases para a compreensão da dogmática norte-americana da responsabilidade. A disciplina é lecionada de forma dinâmica e com grande conhecimento de causa, sendo que os materiais facultados permitem um acompanhamento eficaz dos temas. De todas as disciplinas que compõem o programa TLC, não tenho dúvidas de que estamos perante uma das disciplinas que melhor cumpre o desiderato de expor os estudantes a algumas questões estruturais do direito norte-americano, cujas "ondas de choque", nesta era da globalização, se repercutem por todo o mundo jurídico."

Pedro Palma Gonçalves

INTRODUCTION TO EU COMPETITION LAW

Professora: Rosa Greaves

Através da frequência na disciplina, os estudantes aprendem os conceitos, princípios, funções e regras fundamentais do direito da concorrência da União Europeia; passam a compreender as razões para o desenvolvimento do direito da concorrência da União Europeia; ganham capacidade de explicar e analisar problemas relacionados tanto com os aspetos substanciais quanto processuais do direito da concorrência da União Europeia; ficam habilitados a produzir críticas informadas e independentes dos julgamentos dos tribunais europeus e da Comissão Europeia no domínio do direito da concorrência.

O **método de avaliação** consiste num essay (50%) + num exercício de resolução de problemas (50%). Em pandemia, consistiu num take-home exam.

"É uma optativa acessível e interessante, o método de avaliação consiste num take-home exam sobre conteúdos que foram discutidos em aula e a professora explica a matéria de forma clara."

Simão Henriques

"A cadeira de competition/Antitrust Law é super interessante para quem está interessado em seguir algo mais empresarial. Tem uma componente forte de interdisciplinaridade entre direito e economia (e até um pouco de gestão), o que torna o que estudamos muito mais interessante. Foi a minha cadeira favorita do curso. A Professora Rosa Greaves explica bem, mas fala muito rapidamente e pode ser difícil acompanhá-la. Mas dá boas notas. Vale a pena comprar o livro."

Ana Rita Seidi

"É uma cadeira interessante, a professora explica bem e tenta ter sempre o cuidado de saber se estamos a acompanhar e a avaliação consiste num trabalho final. Achei acessível e aconselho."

Simão Henriques

"O seminário de Introduction to Competition Law é extremamente interessante, principalmente para aqueles que têm interesse em trabalhar para empresas. As aulas em si são intensas, a Professora fala algo rapidamente mas é possível acompanhar. Até hoje foi a minha cadeira favorita, pelo que recomendo vivamente."

Ana Rita

"O seminário de Competition Law aborda, de forma muito teórica, através de Powerpoints, os princípios base da Competição na União Europeia. Não foi, na minha opinião, um seminário dado de forma cativante ou dinâmica, apesar do grande potencial que o tema poderia proporcionar.

O método de avaliação consiste num take home exame composto por um caso prático complexo com várias alíneas e uma pergunta teórica de desenvolvimento, exame este para o qual não me senti preparada com as aulas dadas. Ainda assim, creio ser igualmente acessível para alunos quer do 2º ano, como dos 3º e 4º anos."

INTRODUCTION TO EU INTERNATIONAL MARKET (nome antigo: International Market)

Professor: Inês Quadros

Nesta optativa, aprende-se a analisar o principal enquadramento jurídico que rege as liberdades do mercado interno, com base em acórdãos do Tribunal da União Europeia, sobre este mesmo domínio. É recomendável para alunos de 3º e 4º ano, visto parte da informação ser dada no 2º semestre do 2º ano em Direito da União Europeia, o que facilita a aprendizagem.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito final, com um caso que aborda uma questão que se deu em aula, no qual se devem expor os argumentos das partes e qual seria a nossa posição. A participação nas aulas é feita com base na preparação e leitura dos acórdãos (preparar factos, decisões, argumentos de ambas as partes, qual o problema em questão) e essa participação é tida em conta pela professora na atribuição da nota final.

"É uma cadeira um pouco trabalhosa, uma vez que quem prepara as aulas tem muitos acórdãos para estudar para o exame, mas é interessante e mais fácil para quem já teve DUE. A docente é muito boa professora e muito simpática; o seu inglês é de fácil compreensão, muito disponível para tirar dúvidas, dando imensas recomendações de leituras (para os alunos de 2º ano, sabendo que estes ainda não têm conhecimentos aprofundados em Direito da União Europeia)".

Patrícia Branco

"Trata-se de uma cadeira muito interessante, para quem procura um possível futuro na área de direito europeu, na medida em que se abordam imensos casos reais e jurisprudência europeia que nem sempre é dada na cadeira obrigatória de 2o semestre: Direito da União Europeia. Contudo é um seminário onde é necessário as bases dessa mesma cadeira. Reforço mesmo muito a utilidade deste seminário. Por outro lado, para quem não gosta de direito internacional, não é aconselhável, porque é apenas preparação de acórdãos, para além de ser muito intensivo na medida em que a avaliação consiste no mesmo sistema que nas cadeiras obrigatórias, tem-se uma avaliação contínua durante o seminário com base na nossa participação ativa (sendo crucial e fundamental) e depois o exame final, que em anos anteriores baseavam-se na resolução de casos, contudo o de 2021 teve uma estrutura diferente onde a professora procurou que cada aluno criasse o seu próprio caso, apresentando argumentos de duas partes e ainda mais a solução (decisão judicial). As notas não são más, contudo é um exame muito exigente, onde é necessário grande preparação, e onde a avaliação contínua pode ser mesmo uma mais valia."

Anna Pelizzari

"Este seminário é um seminário excelente para quem procura saber mais sobre o funcionamento e a origem do mercado interno da União Europeia. Após ter tido Direito da União Europeia, e ter gostado imenso sobre a temática do mercado interno, este seminário visa aprofundar todas as vertentes que foram dadas, sendo ainda mais intensificado o estudo de um leque muito amplo de jurisprudência, e doutrina. É intensivo e trabalhoso, o exame leva a que o aluno vá um pouco além do que é feito durante as aulas, daí a participação ser importante, porque a dificuldade do exame pode afetar a nota."

Inês Oliveira

INTRODUCTION TO ISLAMIC LEGAL THOUGHT

Professor: Salar Abbaasi

Nesta optativa, aborda-se a história política e do direito islâmico, a doutrina de vários filósofos e como se concretizou a ideologia que existe nos dias de hoje. Fala-se, ainda, sobre o pensamento jurídico islâmico (não tanto o ordenamento jurídico em si, uma vez que a cadeira não se foca na legislação islâmica, e sim na sua ideologia, como se molda o pensamento jurídico da sua população, fazendo uma comparação com a nossa).

O **método de avaliação** consiste num exame escrito final, com 8 perguntas, com uma duração de 2h30m. O aluno leva avaliação continua com base na participação e apresentações feitas ao longo do semestre. É necessário fazer cerca de 2/3 apresentações em grupo, sobre temas que o professor dá. A nota do exame faz média com a avaliação continua, exceto se no exame final se obtiver uma nota superior à contínua.

"É uma optativa fora da caixa, uma vez que versa sobre um ordenamento jurídico e uma corrente filosófica completamente diferentes de tudo o que conhecemos e já estudámos. É uma cadeira pesada, pois dá-se muita matéria: falámos do Império Otomano, do conflito entre Israel e Palestina.... É uma optativa útil, no sentido de nos expandir os horizontes, uma vez que nos apresenta toda uma nova perspetiva. O professor era muito culto, dava para perceber que já tinha viajado e lido muito. Era acessível, simpático e era muito fácil comunicar com ele (talvez por ser mais jovem)".

Anna Pelizzari

"É uma cadeira optativa diferente, mais densa e intensa do que parece, um pouco pesada talvez pela carga de matéria e pela avaliação, que foi feita não só através de exame escrito, como também mediante apresentações de trabalhos, mas não por isso menos interessante e recomendável. As notas são razoavelmente altas e acaba-se por aprender muito. Quanto ao prof. Salar Abbasi este mostrou-se disponível desde o primeiro dia para nos acompanhar, foi sempre acessível como professor e como pessoa e atento às dificuldades que podiam surgir numa cadeira que mistura inglês e árabe e culturas tão diferentes."

Raquel Paramés

"Sobre este seminário considero que o professor apresenta um diálogo pouco concreto, apesar de ser tema interessante e diferente do que esperamos. Achei um

seminário com uma visão já não muito atual e o método de avaliação é exagerado: trabalho de grupo e ainda teste de avaliação, sendo a participação muito valorizada, contudo notas normalmente razoavelmente elevadas."

Beatriz Marques

INTRODUCTION TO THE LAW IN A DIGITAL ECONOMY

Professor: Eduardo Magrani

Este curso vai incidir sobre o ambiente da Internet das Coisas, observando a sua inter-relação com o exercício dos direitos humanos na Internet, como a liberdade de expressão, inclusão digital, segurança e privacidade e propriedade intelectual. Para investigar o potencial da internet das coisas, procura-se analisar novos modelos de negócios que surgem no mundo econômico atual, bem como aspetos dos mercados digitais e as suas relações com as formas tradicionais de produção, distribuição e consumo cultural.

O **método de avaliação** consiste num trabalho final de opinião sobre um caso da vida real, cujo objetivo é exatamente expor argumentos e expandir a matéria discutida nas aulas.

"A disciplina foi superinteressante a nível de conteúdo, as aulas são lecionadas através da discussão de temas com os alunos. Quase todas as aulas, o professor trouxe convidados de cada área para elaborar melhor a matéria, o que se tornou muito cativante. A disciplina ajuda realmente a discutir os prós e contras das matérias discutidas. A participação em aula foi valorizada, mas não necessária para ter bons resultados. Para além de ter sido cativante discutir os temas, a avaliação foi bastante acessível e houve muito boas notas! "

Inês Rio Maior

"Esta cadeira para além de ser muito interessante torna se ainda mais fascinante pelo método de ensino. O professor e muito competente e torna as aulas bastante divertidas fazendo vários jogos e atividades práticas que envolvem os alunos.

As matérias são muito atuais e úteis para qualquer pessoa, são conhecimentos gerais que qualquer um deve possuir.

No meu ano a nível de método de avaliação o professor dividiu nos em grupos e deu nos duas opções de temas para escrever um essay com limite de 4 páginas. Também deu, durante as últimas aulas, tempo para nos reunirmos em grupo e avançarmos na feitura do essay.

Achei a cadeira muito acessível e divertida, o exame uma vez que foi feito em grupo não deu quase trabalho nenhum e ambos os temas que podíamos escolher eram interessantes.

As notas foram excelentes para toda a turma, vários alunos com notas acima de 16 que se estendiam até ao 19."

LAW AND GENDER EQUALITY

Professor: Bertil Emrah Oder

O curso abrange o desenvolvimento histórico do movimento de mulheres e jurisprudência feminista, as ondas do feminismo e seu impacto na lei, a constitucionalização da igualdade de género de uma perspetiva normativa e política, a jurisprudência de género neutro e sensível ao género em jurisdições selecionadas, igualdade de género e organizações internacionais, a Convenção sobre a Eliminação de Todos os Tipos de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e sua aplicação doméstica, Convenção de Belém de Paro e Convenção de Istambul, identidade de género e LGBTQ-I, as questões atuais de igualdade de género, como movimentos antigénero, a crise COVID-19, pobreza e Desenvolvimento Sustentável Metas (ODS).

O **método de avaliação** consiste num balanço entre participação nas aulas, através do envolvimento nas discussões que surge, que vale 10%, mais a apresentação de um trabalho (podendo ser em *powerpoint*, em pessoa ou vídeo) que vale 40%, e ainda uma *essay* final relacionada com a reflexão sobre os assuntos explorados na aula, que vale 50% da nota.

"Os temas são super pertinentes, a professora é muito aberta à participação dos Alunos (e muito simpática), a avaliação é em parte dedicada a apresentações orais curtas e um paper final relacionado com Law and Gender Equality"

Inês Elias

LAW IN THE AGE OF CLIMATE CHANGE

Professor: Armando Rocha

Esta cadeira foca-se nas alterações climáticas e em como estas são o fenómeno mais desafiante da atualidade. Para os juristas, as alterações climáticas não são apenas um fenómeno de observação, mas antes um fenómeno com impacto sobre o próprio sistema jurídico. Adotando uma perspetiva de direito internacional, este seminário tem em vista demonstrar aos alunos exemplos do impacto significativo que as alterações climáticas têm em vários domínios do direito internacional público (ex. direito das migrações e dos refugiados, direitos humanos, ou direito do mar) e fazê-los compreender os instrumentos e institutos que têm (ou devem) ser desenvolvidos para lidar com este fenómeno.

O **método de avaliação** consiste num *take home exam*.

"O professor armando é superacessível e simpático. A avaliação foi por take home exam, e as aulas funcionavam à base de powerpoints. O professor atualizava o moodle com toda a informação da aula e leituras complementares. A cadeira é muito acessível e interessante. As notas variam entre o 11-15."

Mariana Vicente

"É um seminário muitíssimo interessante e atual, o professor é muito acessível, bom professor, divertido e descontraído, o tema é muito contemporâneo e moderno e não é preciso trabalhar muito para conseguir uma boa nota, o método de avaliação do professor não é muito difícil."

Matilde Alves

"Frequentei o seminário de Law in the Age of Climate Change no primeiro semestre do segundo ano e gostei muito. O professor é muito dinâmico, incentivando à participação e opinião de cada um. As aulas são online, porque são dadas desde o Rio de Janeiro, mas nem isso afeta a sua qualidade. O método de avaliação tem por base a elaboração de um reaction paper sobre um dos temas abordados no programa."

Rita Teixeira

REPUTATION AND RESPONSIBLE BUSINESS

Professor: Rita Mota

As aulas funcionam em regime teórico-prático, conjugando uma visão abrangente de várias cadeiras, com o objetivo de fornecer uma conduta comercial responsável através da reflexão. A cadeira funciona com base em *powerpoints* sobre a matéria.

O **método de avaliação** consiste um trabalho escrito.

"A professora é superacessível, tem imensa experiência profissional e académica, as notas são ótimas, para além de não ser uma cadeira nada pesada".

Mariana Vicente

WE THE PEOPLES - UNITED NATIONS AS A GLOBAL LEGAL FORUM

Professor: Patrícia Galvão Teles

As Nações Unidas comemoram seu 75º aniversário em 2020, é uma boa oportunidade para fazer um balanço sobre sua função enquanto fórum jurídico global, os seus sucessos e as suas fragilidades. De fato, nos últimos setenta e cinco anos, grande parte do direito internacional desenvolveu-se através das Nações Unidas. Este curso irá incidir em como as Nações Unidas têm contribuído para o desenvolvimento do Direito Internacional por meio dos seus vários órgãos e tais como, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Tribunal Internacional de Justiça e a Comissão de Direito Internacional.

O **método de avaliação** consiste num trabalho final.

"É uma cadeira interessante do início ao fim, focada em alguns aspetos primeiro gerais e depois mais específicos da ONU. É, aliás, um privilégio ter uma cadeira sobre a ONU dada por uma pessoa que lá trabalha. A professora é espetacular, muito simpática e sempre disposta a discutir aquilo que mais interessa à turma, tanto que deixa mesmo uma aula para um tema qualquer que queiramos, e até nos dá alguns insights do trabalho dela, respondendo a todas as perguntas dos mais curiosos. As aulas são muito relaxadas, são-nos enviados alguns textos para irmos lendo e conseguirmos discutir com mais profundidade os temas, mas se não lermos também não é grande problema. A avaliação é feita com base num trabalho escrito - o prazo para entrega não é muito longo mas é suficiente, até porque as diretrizes são sempre bastante gerais, de modo que cada um possa escrever sobre o tema que mais o cativou durante as aulas (ou até outro relacionado). As notas são muito boas. Quase todas a partir do 15. Overall, bastante fácil de se fazer e aprendem-se coisas relevantes. Aconselharia a alunos de qualquer ano em que se façam optativas (portanto, a partir do 2º) porque basta ter algumas noções de DIP."

Mariana Ferreira

"Trata-se de um seminário bastante leve que se consegue conciliar facilmente com as cadeiras obrigatórias do curso. O método de avaliação consiste apenas no trabalho final, e leva-nos a pensar criticamente sobre o desenvolvimento das Nações Unidas e o seu papel na formação de Direito Internacional."

Joana Batista

"Recomendo independentemente do ano da licenciatura, basta o conhecimento básico de DIP.

A avaliação é um "take home exam" que é muito acessível e as notas são excelentes."

"É uma cadeira cativante e leve de se fazer. Não custa muito assistir às aulas, porque abrange conteúdos muito atuais e discutíveis, que facilmente despoletam curiosidade e interesse nos alunos, resultando em aulas bastante dinâmicas. A professora, trabalhando na própria organização, tem imensa disponibilidade e abertura às curiosidades dos alunos, proporcionando toda uma perspetiva mais realista e em primeira mão do dia-a-dia na ONU. A avaliação baseia-se unicamente num trabalho escrito, que tem como tema assuntos do presente, facilitando a pesquisa e a capacidade de introduzir um cunho crítico da parte dos alunos – é um trabalho que não consome demasiado tempo e que compensa, pois as notas são boas no geral."

Elisabete Li

EU ENERGY AND ENVIRONMENTAL LAW

Professor: Rita Leandro Vasconcelos

Este curso visa saber e refletir sobre as regras da União Europeia sobre energia, meio ambiente e leis climáticas num contexto em que o mundo enfrenta um enorme desafio na produção da energia necessária para garantir a segurança energética, e mais ainda o combate ao aquecimento global e as mudanças climáticas. No curso, os alunos irão analisar os mais recentes desenvolvimentos na área disciplinar, como o European Green Deal, bem como os principais princípios jurídicos, sistemas e instrumentos que podem ser utilizados para influenciar a produção e consumo de energia.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito final.

"Apanhei o 1º ano em que esta cadeira foi dada. Não foi a melhor experiência. Tive boa nota, mas o caminho até lá foi duro, porque a matéria é muito densa, as aulas são muito teóricas, e algo difícil de acompanhar. A professora é muito simpática, mas com alguma dificuldade em cativar os alunos (talvez o facto de ter sido online, 1o ano etc não tenha ajudado). A avaliação é feita através de um exame escrito no final. A professora disponibiliza todos os powerpoints das aulas, que têm praticamente toda a matéria necessária + resolve connosco na última aula antes do exame, perguntas muito semelhantes às que coloca no exame. Se forem fazer esta cadeira - que, enfim, acaba por trazer algum conhecimento com interesse e não é assim tão difícil em exame quanto pode parecer durante as aulas - aconselho a terem alguma atenção às aulas, mas também não tentarem anotar TUDO o que é dito, porque é impossível. E nem sequer é necessário. Vão tirando algumas notas básicas, para depois se orientarem naquilo que é o encadeamento dos powerpoints. Devem, no entanto, escrever bem as resoluções dos casos finais. É imprescindível, na minha opinião, ter a cadeira de DUE feita. As notas até acabaram por ser boas, e além disso a professora deu a oportunidade de nos inscrevermos para oral de melhoria."

Anónimo

"A cadeira chama-se EU Energy and Environmental Law e, bem, trata-se exatamente do que o nome indica. estudámos bastantes problemáticas relacionadas com o tema numa visão europeia, como a construção de centrais nucleares, a produção de energia e as leis climáticas na União Europeia.

Sucintamente, a Professora é mesmo querida e super prestável! todavia, as aulas consistem em powerpoints - com alguns momentos de discussão, é certo - que posteriormente são disponibilizados, o que acaba por tornar as aulas pouco dinâmicas.

A avaliação é feita somente por exame final, com consulta, já que os momentos de discussão são escassos - tipicamente 1/2 por aula. As notas são bastante satisfatórias.

Contudo, eu recomendo a optativa. é um assunto atual e interessante, com muita procura no mundo jurídico!"

THE REGULATION OF TECHNOLOGY INNOVATION

Professor: Martinho Lucas Pires

O seminário incide sobre o problema geral da regulação social das novas inovações tecnológicas. É um seminário de teoria legal e sociologia legal, na medida em que olha à especulação e aos problemas práticos do leque de normas das novas tecnologias. O seminário não tem foco numa tendência normativa específica, é uma disciplina feita para se pensar criticamente acerca da regulamentação em si e as melhores formas de o fazer. A esse propósito, o método analítico será aplicado a três casos recentes, para aferir estas questões em termos práticos.

O **método de avaliação** é a realização de um trabalho escrito curto.

"O semestre passado foi o primeiro desta cadeira. Resumidamente, trata-se de estudar os pilares conceituais fundamentais da evolução tecnológica a um nível introdutório mas compreensivo (Blockchain, inteligência artificial e on-line plataformas) e segue-se analisando a forma como o Direito lida com a galopante evolução destas áreas.

O professor Martinho Lucas Pires convida a participar e a filosofar com ele e mantém um ambiente saudável e divertido enquanto ensina temas difíceis e nem sempre intuitivos.

A avaliação da cadeira consiste na participação oral e num exame no final do semestre (embora este ano tenha sido take-home por razões técnicas).

Penso que não é uma cadeira pesada para os créditos que fornece."

2º Semestre- Disciplinas Optativas

DIREITO DA SAÚDE

Professor: Tiago Macieirinha

Nesta optativa, os alunos vão compreender o Direito da Saúde, enquanto disciplina autónoma das ciências jurídicas, e os seus princípios e dogmática próprios, partindo da exigência constitucional do direito fundamental à proteção da saúde. A optativa vai-se focar no sistema de saúde português, nos vários níveis de cuidados de saúde (primários, hospitalares e continuados) e no estudo da relação jurídica de prestação de cuidados de saúde, no âmbito do SNS e das formas privadas de medicina, com especial incidência para os direitos dos pacientes.

O **método de avaliação** consiste num teste no fim do semestre

"Direito da saúde é um mundo que o Prof. Tiago Macieirinha domina. Sem dúvida que haveria muito mais a falar, mas não há muito tempo. Apesar de não ser considerada uma área tradicional do direito cada vez está a ganhar mais relevância e o conhecimento teórico da área ajudará um futuro profissional do direito."

Henrique Vasconcelos

"É notável que o professor domina a área do direito da saúde e consegue passar o gosto que tem pela mesma aos alunos. As matérias são extremamente interessantes e muito úteis.

O método de avaliação consiste num teste de avaliação realizado uma semana depois das aulas da optativa terem terminado. Para quem estiver atento nas aulas a cadeira é bastante acessível. Recomendo."

Maria Carolina Vigário

DIREITO DE AUTOR

Professor: Tito Rendas

Nesta cadeira, estuda-se a problemática do direito de autor e os desafios postos pela era digital, que favorece a partilha quantidades inimagináveis de informação e bens culturais, mas que, por outro lado, facilita a violação dos direitos de autor sobre esses mesmos bens. O objetivo fundamental da disciplina é conduzir os alunos à compreensão do direito de autor no contexto da sociedade de informação e deste dilema em particular. Para tal, importa primeiro dar-lhes a conhecer a evolução histórico-comparada e a problemática da natureza jurídica e das teorias de justificação do direito de autor, para, num segundo momento, se proceder ao estudo crítico do seu regime geral contra o pano de fundo da evolução tecnológica.

O **método de avaliação** consiste num *take home exam*, tendo os alunos 72h para responder e entregar.

"É uma cadeira muito dinâmica e cativante para quem tem curiosidade por saber um pouco mais sobre o regime aplicável à proteção da propriedade intelectual. Como toda a cadeira é dada com base em casos reais, acabamos com uma grande noção de como funciona na prática o direito de autor."

Beatriz Palma Gonçalves

DIREITO DO JOGO

Professor: Óscar Madureira

A matéria do seminário abrange o tema do jogo em vários ordenamentos jurídicos, mas com especial enfoque para o ordenamento jurídico português.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito.

"No meu ano, a cadeira era lecionada por três professores de renome, ligados ao Direito do Jogo por razões diferentes, que contavam muitas histórias e a sua experiência na área. Eu achei a cadeira interessante, mostra uma vertente do Direito diferente das tradicionais, as aulas são muito interativas e participativas. Houve um exame no fim com várias perguntas, das quais podíamos escolher 3 ou 4, de resposta simples e rápida, sobre coisas que constavam dos powerpoints e que falámos nas aulas"

Anónimo

"Direito do Jogo é uma optativa do 2 semestre é dada pelo Dr. Pedro Cortês e pelo Dr. Óscar Madureira. É uma cadeira interessante sobre um ramo de direito "exótico", no fundo um direito muito especializado e de nicho. O método de avaliação é feito por um trabalho escrito."

Henrique Vasconcelos

"Direito do jogo é um seminário. Há 4 aulas sobre diversos temas, normalmente com convidados especializados na matéria. A avaliação final é um trabalho"

Ana Catarina Oliveira

"A disciplina optativa de Direito do Jogo é ideal para quem quer desenvolver os seus conhecimentos num ramo de direito em crescimento. A lecionação é dinâmica e incentiva a participação ativa dos alunos, uma vez que o Professor Pedro Cortés convida vários oradores entendidos em matérias específicas. É uma optativa muito acessível e estimulante. O método de avaliação consiste num trabalho escrito, com um máximo de 1000 palavras."

Maria Inês Freitas

DIREITO E VOLUNTARIADO

Professor: Maria da Glória Garcia (Coordenação); Joana Arnaut

Esta disciplina procura essencialmente consciencializar os estudantes de Direito para as vulnerabilidades humanas e para os problemas sociais presentes na comunidade onde virão a desempenhar a sua missão de juristas. Trata-se de uma disciplina que se enquadra na metodologia de *Service Learning*, segundo a qual os estudantes, ao contribuírem para a solução de problemas reais da comunidade, compreendem melhor o que é a justiça social e quais as suas exigências, mas também as suas próprias aptidões e potencial para as realizar.

O **método de** avaliação consiste em dois momentos distintos. Na primeira parte do semestre, os alunos têm aulas na Universidade, lecionadas pelas docentes da disciplina e por convidados de várias áreas profissionais, mas todos com percurso e experiência ligados à promoção da sustentabilidade social. Os alunos são avaliados pela sua participação nas aulas e, no final desta parte, realizam um teste escrito. Na segunda parte do semestre, divididos em pequenos grupos, e em horário compatível com o horário escolar, os alunos prestam trabalho efetivo junto de entidades promotoras de voluntariado, num total de 15 horas, após as quais são avaliados pela instituição e por um docente da Faculdade que os acompanha ao longo do trabalho. Os alunos são ainda avaliados através de um relatório individual da sua experiência de trabalho prático.

"Quem anda no curso de Direito tem tendência a descartar a priori a cadeira de Direito e Voluntariado. Confesso que eu próprio pensei nisso. Mas a verdade é que fiz a cadeira e foi uma experiência muito interessante. O programa toca em assuntos fundamentais da atualidade e convida o aluno a refletir sobre o tema central: existirá o dever jurídico de sermos solidários uns com os outros? Para além disso, o programa da cadeira também conta com uma vertente prática extraordinária permitindo o contacto do aluno com instituições sociais. Ao longo do curso somos levados a crer que o bom jurista será aquele que melhor conhecer a lei; ou aquele que faz melhor uso da retórica. Não obstante isso, o bom jurista é também aquele que se preocupa com o bem comum. E é isso que a cadeira de Direito e Voluntariado propõe."

António Barbosa

"Desde que existo, foi-me incutido o gosto e o bichinho do Voluntariado. Quando vi a lista de cadeiras optativas, e constava uma com o nome de Direito e

Voluntariado, fiquei logo entusiasmado. O programa é desafiante. Enquadra uma vertente teórica e expositiva que depois é posta em prática, no trabalho com instituições parceiras, em busca de soluções para problemas jurídicos, o que torna a optativa interessante. Aconselho vivamente a quem tiver um 2.° semestre relativamente "folgado", em termos de cadeiras obrigatórias, a fazer esta optativa!"

António Simões

"A cadeira de direito e voluntariado, para mim foi uma cadeira desafiante por diversos motivos.

Em primeiro lugar, pelo trabalho que exige, mas creio que está em acordo com os créditos que lhe são atribuídos, mas é preciso ter noção que é quase tão trabalhosa como uma cadeira obrigatória, desde do teste, ao trabalho prático e por fim um trabalho escrito a cadeira tem todas estas etapas.

Em segundo lugar, porque frustrou um pouco as expectativas tendo em consideração que a vertente de aprendizagem em serviço é um pouco anulada face a vertente teórica da cadeira.

De resto, recomendo a cadeira a quem queira descobrir um área do direito que não temos oportunidade de conhecer noutras cadeiras como o estatuto do voluntário e no ano passado conhecemos em profundidade a novo estatuto dos profissionais da cultura."

DIREITO EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS

Professor: Paulo Pinto de Albuquerque

Nesta optativa, aprende-se o funcionamento do TEDH e como usar a base de dados do HUDOC, que é muito útil para pesquisar acórdãos para outras cadeiras. A cadeira é muito à base de analisar acórdãos ao longo das aulas, de modo a conhecer o sistema de proteção de direitos humanos na Europa e em Portugal, bem como a sua jurisprudência essencial sobre direitos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito com 4000 palavras sobre um acórdão do TEDH, que cada aluno pode escolher de um grupo de acórdãos que o professor seleciona, devendo comentar o conteúdo desse acórdão e relacioná-lo com a matéria dada.

"Uma cadeira e acórdãos muito interessantes, e o professor é super claro a explicar a matéria, estimulando imenso a que prestemos atenção às suas aulas."

Anónimo

"As aulas são pouco apelativas, não são nada úteis. O trabalho é feito com base num acórdão de um caso do TEDH. Não é preciso grande esforço, mas não é de todo um seminário que recomende."

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS

Professor: Luís Fábrica

Esta optativa aprofunda o pensamento político ocidental, desde a Grécia antiga até meados do século XVIII, falando das teorias políticas e filosóficas de cada autor. Apesar de haver muitos autores que abordam estes temas, o professor faz uma seleção daqueles que são considerados os mais emblemáticos teóricos do pensamento político ocidental, como Platão, Maquiavel ou Rousseau

O **método de avaliação** consiste num teste no fim do semestre.

"É uma oportunidade de voltar a abordar as teorias políticas dos diferentes autores, sendo uma cadeira no seguimento de Fundamentos do Direito Público e ainda mais interessante, visto aprofundar as orientações políticas de cada autor. O professor era muito claro e gostei mais do que estava à espera. É uma cadeira muito teórica, indicada para quem gosta mais de teoria do que da prática".

Maria Antunes

"Esta cadeira optativa destina-se essencialmente a quem gostou da matéria dos autores lecionada em Fundamentos de Direito Público, pois na verdade a única coisa que se faz é aprofundar e por vezes repetir o que lá foi dito. Começando na Grécia Antiga com Sócrates, Platão e Aristóteles, passando pelo pensamento medieval cristão de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino e pelos clássicos de Maquiavel, Bodin, Constant, Tocqueville e dos contratualistas, vamos até aos tempos de Marx. Segue-se portanto uma ordem cronológica na análise do pensamento político daqueles que contribuíram ideologicamente para a criação do Estado moderno. A principal biografia recomendada é a mesma de FDP, o livro de Diogo Freitas do Amaral, mas o professor aprofunda sempre mais do que lá vem. Como todos aqueles que já o tiveram sabem, o Professor Luís Fábrica adota um método muito teórico de exposição, mas está sempre disponível para esclarecer as dúvidas que vão surgindo. A avaliação final costuma ser um exame escrito sobre as posições dos vários autores acerca das finalidades do Estado e a forma de exercício do seu poder, com a possibilidade de pedir a realização de uma oral de melhoria, tendo em conta que o professor é bastante exigente na demonstração de conhecimento."

Diogo Melo Pereira

PROCESSO EXECUTIVO

Professor: Isabel Alexandre

A disciplina estuda a ação judicial destinada à realização coativa das obrigações reconhecidas em sentenças ou noutros títulos executivos, tendo em conta a sua regulação na lei substantiva (sobretudo, no Código Civil) e na lei processual (sobretudo, no Código de Processo Civil). Os alunos estudam a ação executiva na vertente processual e substantiva, consolidando e desenvolvendo matérias estudadas em Direito das Obrigações e em Processo Declarativo, e apreendendo mais intensamente a sua dimensão prática. As aulas são em parte expositivas, com discussão na turma das matérias lecionadas, e em parte práticas, com realização de hipóteses e análise de casos de jurisprudência.

O **método de avaliação** consiste num trabalho que os alunos levarão a cabo durante a disciplina (com um máximo de 20 páginas) e num exame final, cada um dos elementos valendo 50% e prevalecendo a nota do exame final, se for superior. Podem também fazer melhoria de nota (exame oral), após a avaliação através daqueles dois elementos.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Professora: Clara Vieira Guerra

É objetivo geral da cadeira aprofundar o conhecimento dos alunos sobre o direito fundamental à proteção de dados pessoais e incentivar a análise sobre o papel do direito na era digital. Pretende-se que sejam apreendidas as questões-chave do regime de proteção de dados à luz do novo quadro legal europeu - regulamento (UE) 2016/679 - e que seja equacionada a sua aplicação prática, tendo em conta os antecedentes históricos.

O **método de avaliação** consiste numa prova escrita final (com duração de 150 minutos), tendo ainda como indicadores de referência a assiduidade e a participação nas aulas. Os alunos que pretendam melhorar a nota podem ainda candidatar-se a uma prova oral.

"O seminário de Proteção de Dados Pessoais aborda temáticas interessantes e atuais, que permitem uma fácil aproximação ao direito digital e aos riscos e vantagens a ele associados. A forma como os dados pessoais dos utilizadores circula, a maneira como são guardados e protegidos na internet são alguns dos tópicos estudados. É uma cadeira opcional, cuja avaliação costuma ser feita através de um teste, marcado previamente, mas que não coincide, normalmente, com a época de exames, o que se revela uma vantagem. A professora que leciona a cadeira é acessível e mostrou-se sempre pronta a ajudar-nos e a encontrar soluções alternativas para que fosse possível realizar o teste, aquando da passagem do regime presencial para o regime remoto."

Mariana Fortunato

"A professora é muito simpática, mas as aulas não são muito dinâmicas, não há grande debate sobre os temas abordados. O método de avaliação é um trabalho realizado em grupo. A cadeira não é das mais acessíveis."

2º Semestre- Disciplinas Optativas TLC

BLOCKCHAIN AND THE LAW

Professor: Martinho Lucas Pires

Nesta optativa, apresentam-se e discutem-se os principais desafios jurídicos colocados pela utilização de tecnologias de registo partilhado (TRPs), commumente conhecidas como *blockchains*. O objetivo é permitir que os participantes, no final do curso, possam ter um entendimento do que são as TRPs, as suas vantagens e desvantagens, como funcionam e para que fim, e que sejam capazes e identificar e refletir sobre as principais questões jurídicas, atuais e futuras, colocadas pela adoção generalizada da tecnologia.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito no final do semestre.

"É um tema muito atual e relevante. O professor é muito interativo, explica muito bem a matéria com um inglês excelente. O exame não é excessivamente difícil e temos muitos materiais de apoio para o fazer, que o professor nos disponibiliza, logo é perfeitamente possível ter boa nota."

Beatriz Neto

"Eu gostei da cadeira, acho que contribuiu muito em termos de conhecimentos importantes. No entanto, não acho muito acessível a pessoas do 2° ano, eu e as minhas colegas tivemos alguma dificuldade a tentar acompanhar os alunos mais velhos. Mas, o Prof. Martinho Lucas Pires é muito bom professor."

Anónimo

EUROPEAN COMPANY LAW

Professor: José Ferreira Gomes

Os alunos ficam a conhecer as principais normas a que estão sujeitas as empresas na Alemanha, mas também os principais modelos em diferentes Estados-Membros. Desse modo, eles veem todo o "organismo" do direito empresarial na Europa a vários níveis. Isto inclui a criação, registo, organização, direitos dos acionistas, financiamento, alterações fundamentais, nomeadamente fusões e aquisições, a empresa europeia e também a base teórica, por exemplo da economia.

O **método de avaliação** consiste num teste que compreende a resolução de casos e pequenas perguntas.

"O Professor de European Company Law explica muito bem a matéria, apesar de falar muito rápido e às vezes ser difícil acompanhar. A matéria é muito interessante para quem tem interesse em saber como as empresas são constituídas a nível europeu e as regras que a UE sujeita às empresas. No entanto, recomendo mesmo que façam a cadeira depois de terem tido Direito Comercial, porque sem essa base é ainda mais difícil acompanhar a matéria. O Professor dá boas notas."

Ana Rita Seidi

EUROPEAN UNION COPYRIGHT LAW

Professores: Tito Rendas; João Pedro Quintais

O objetivo fundamental da disciplina é dotar os alunos de conhecimento e compreensão aprofundados sobre proteção dos direitos de autor a nível da UE, incluindo a capacidade de aplicar, analisar, sintetizar e avaliar matérias relevantes. Assim, procede-se à análise de diferentes instrumentos europeus no domínio do direito de autor, bem como a jurisprudência pertinente do TJUE (e, ocasionalmente, dos tribunais dos Estados-Membros e dos EUA). Os mesmos serão discutidos no contexto de uma questão fundamental: se a legislação de direitos autorais da UE é capaz de se adaptar a um ambiente social, económico e tecnológico em rápida mudança. Além disso, os alunos serão convidados a avaliar de forma crítica a pendente reforma dos direitos autorais da UE, com foco na proposta de diretiva sobre direitos autorais/direito de autor no mercado único digital.

O **método de avaliação** consiste num exame final, cuja nota vale 80% da nota, e na participação em aula (20%).

"EU Copyright Law é uma disciplina que devia valer mais do que realmente vale. Não é difícil, mas a exigência da disciplina é grande. Fiz a disciplina numa altura já de COVID e o regime de avaliação mudou um pouco. As aulas, em vez de serem presenciais, passaram a ser gravadas, aulas essas a que os alunos podiam aceder via PowerPoints disponibilizados pela disciplina. A cadeira tem a duração total de 2 semanas e é lecionada por 2 professores (à vez, um em cada semana). Por norma, existe um trabalho oral que vale cerca de 30% da nota final juntamente com a participação. Sendo os restantes 70% o exame escrito. No entanto, como já estávamos num estado de pandemia nessa altura, essas apresentações orais não se realizaram. O exame é formato "take home" e os alunos têm cerca de 3 dias para o realizar. Os professores são justos a dar notas e se se esforçarem conseguem atingir qualquer nota. A disciplina é interessante, sem dúvida que se aprende muito e tem temas bastante relevantes no seu programa, pelo que a recomendo. Do ponto de vista do TLC e dos ECTS de disciplinas optativas que o aluno tem que realizar, penso que existem melhores opções, que não dão tanto trabalho e valem mais ECTS do que apenas 4."

Tomás Goes

FEDERALISM AND THE EU

Professor: Mattej Acceto

Nesta optativa, os alunos têm a oportunidade de analisar a estrutura institucional e a ordem jurídica da União Europeia como um acordo federal entre a união de poderes e a autonomia de seus membros. O objetivo é olhar para lá das características básicas da ordem jurídica da UE, reavaliá-las num contexto mais amplo. Pretende-se que os alunos fiquem familiarizados com as características políticas, legislativas e judiciais do acordo institucional da UE e sejam capazes de envolver-se, de forma crítica, em questões relacionadas com as reformas constitucionais europeias atuais e futuras.

O **método de avaliação** consiste num *take home exam*.

"Eu recomendo porque achei uma área interessante e achei o professor um bom professor, mas não é uma cadeira muito fácil – é preciso trabalhar para ter boa nota."

António Albuquerque

"Federalism and the European Union é um seminário cujo nome não é plenamente explícito quanto ao conteúdo que lá se trata. Claro que se calhar é o tema principal e sob o qual a avaliação incide, mas, em 4 dias, falámos sobre muito mais do que isso. Falámos de temas mais abrangentes de Direito. As aulas eram muito interessantes e passavam super depressa e o professor cria um ambiente muito descontraído para todos estarem à vontade. A avaliação é uma take-home exam. Recomendo apenas que façam o seminário depois de fazerem DUE."

Elisabete Li

"Achei a disciplina de Federalism and the EU desafiante e muito relevante tendo em conta o avanço da globalização e a necessidade de repensar o futuro da União Europeia. Não é impossível ter boa nota mesmo sem ter feito, anteriormente, a cadeira de Direito da UE, mas requer um nível de esforço muito superior. O professor é incrivelmente acessível e competente, tendo feito um esforço para aprender o nome de cada um dos seus alunos. Esforçou-se ao máximo para manter a turma interessada e tornar a sala de aula num espaço seguro de diálogo onde a participação foi encorajada, mas não imposta. Os materiais de apoio foram disponibilizados com antecedência (no site da faculdade e no moodle). A avaliação consistiu num take-home exam com 2 perguntas de desenvolvimento (80%) e a participação na aula (20%)."

Anónimo

"O seminário é bastante curto e as aulas são dadas pelo professor Matej Accetto de uma forma leve, descontraída e até divertida, em contraste com as típicas aulas das cadeiras de Direito, procurando, ainda, envolver os alunos nas suas aulas através da sua participação voluntária. Quanto ao método de avaliação, conta 20% a participação e 80% um exame equiparado a um trabalho pouco extenso (ex.: resposta a duas perguntas), onde o professor dá um prazo de duas semanas para a sua realização. Recomendo vivamente a frequência deste seminário uma vez que o nível de exigência se adequa ao número de horas de ensino (10h) e ao número de créditos da cadeira (3 ECTS)."

Anónimo

!É uma cadeira a fazer, sem dúvida, CASO já se tenha tido DUE (caso contrário, é fazível ainda, mas mais difícil de ter boa nota).

O Professor é muito simpático e acessível e o seminário curtinho, 4 aulas em uma semana e a avaliação é um take home exam de 2 perguntas com 400 palavras cada uma, nada de extraordinário.

Em suma, recomendo vivamente a quem esteja no 3/4 ano."

INTERNATIONAL CRIMINAL LAW

Professor: Aua Baldé

Este curso vai incidir maioritariamente sobre jurisprudência do Tribunal Criminal Internacional. Estuda-se principalmente temas como o crime de genocidio, provocado pelo caso do Presidente Omar Al Bashir, a aplicação de crimes contra a humanidade praticados por grupos de indivíduos (terroristas), a prossecução de crimes de guerra pelo tribunal criminal internacional e a procura da definição de crime de agressão à luz da opinião do tribunal.

O **método de avaliação** consiste num exame com consulta, contudo tem-se em consideração a participação e assiduidade nas aulas para a determinação da nota final.

"A cadeira de International Criminal Law foi, sem dúvida, das minhas preferidas do TLC. Com uma professora extremamente acessível, as aulas são interessantes e interativas. Tem como foco dar-nos uma primeira aproximação o ao International Criminal Court (ICC) e aos crimes que este julga. A matéria é dada, essencialmente, com recorrendo a um case method, em que conhecemos os casos mais relevantes. Falámos, também, das relações entre as jurisdições (nacionais e internacionais). Aconselho vivamente a frequentar este seminário porque nos ajuda a perceber melhor muitas situações de que ouvimos falar constantemente e casos meditativos a nível internacional, de uma perspetiva jurídica!"

Bárbara Fragoso

"O seminário International Criminal Law lecionada pela Professora Aua Balde, foi a optativa que mais gostei ao longo do meu percurso académico. Os conteúdos lecionados ao longo do seminário são de extrema relevância, a professora possui um vasto conhecimento e experiência prática na área lecionando os conteúdos com grande entusiasmo e apela aos alunos a abrirem um espaço de discussão sobre questões muito pertinentes ao longo das aulas. O critério de avaliação do seminário é através de um exame escrito feito com consulta elencando todas as matérias discutidas em aula."

Anónimo

INTERNATIONAL LAW IN THE AGE OF GLOBALIZATION

Professor: Randall Lesaffer

A disciplina pretende que os alunos tenham uma visão e uma capacidade de reflexão sobre as mudanças pelas quais o direito internacional passou com o impacto da "globalização", após a Guerra Fria e o fim da divisão do mundo entre o bloco ocidental, o bloco comunista e o movimento não alinhado. Isso proporcionará ao aluno uma compreensão mais profunda sobre alguns desenvolvimentos fundamentais que marcam e marcaram a ordem jurídica mundial: o estabelecimento dos direitos humanos e a autodeterminação, o renascimento do mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas, o intervencionismo humanitário e a institucionalização da ordem mundial.

O **método de avaliação** consiste na realização um exame escrito final, no qual é permitida a consulta das obras recomendadas ou de outros materiais e apontamentos.

"Esta optativa é muito teórica e tem uma vertente histórica forte. Com a pandemia, fomos obrigados a ter aulas online e, talvez por isso, as aulas não tenham sido tão interessantes, e até meio confusas. A maior parte das vezes tinha dificuldade em ouvir o professor e, no geral, sendo mesmo sincera, não achei a optativa mais interessante de sempre. O professor é muito simpático e acessível, mas as aulas eram pouco interativas."

Anónimo

"International Law In An Age of Globalization é uma cadeira com uma componente teórica e abordagem histórica muito forte.

Apesar dos tópicos escolhidos como temas principais da cadeira serem bastante interessantes, é uma disciplina um pouco difícil de acompanhar sendo que temos bastante documentos para ler, com muitas páginas, em muito pouco tempo. O Professor fala muito rápido nas aulas, tornando-se mesmo impossível tirar apontamentos.

A avaliação é feita através de um exame final e tendo em conta a quantidade de matéria que temos que estudar, e o tempo que temos para preparar para o exame, não é uma cadeira que aconselhe para alguém que esteja muito ocupado com coisas para lá da faculdade."

Anónimo

INTERNATIONAL LEGAL THEORY

Professor: Salaar Abbasi

Nesta optativa, os alunos têm a oportunidade de estudar os pontos de vista filosóficos e teóricos de uma série de autores importante na perspetiva da teoria legal internacional, e não de uma perspetiva meramente interna, como é ensinada ao longo do curso. Para além desse estudo aprofundado das doutrinas de Averico Gentili, Santo Agostinho, Hobbes, etc, a cadeira também se versa sobre uma perspetiva económica do Direito e sobre o entendimento jurisprudencial americano da New Haven School of Law.

O **método de avaliação** consiste numa média entre a nota de avaliação contínua do aluno, dada através da sua participação nas aulas e uma apresentação oral, e a nota do exame final escrito (uma série de perguntas de desenvolvimento sobre a matéria dada).

"Considero que o seminário é interessante, ajuda a sedimentar alguns conhecimentos já adquiridos. É uma perspetiva diferente de matérias já dadas. Considero que a falha prende-se com a creditação do mesmo. Sendo que é um seminário que requer algum trabalho e, por esse facto, considero que deveria ser ponderada uma creditação diferente.

No geral é um seminário que considerei interessante pelo que recomendo para quem pretenda ter uma visão diferente e fresca sobre a teoria legal do direito internacional"

Anónimo

LAW AND LITERATURE

Professor: Martinho Lucas Pires

Nesta optativa, explora-se o Direito através de uma perspetiva mais cultural, dando espaço ao aluno para discutir e dar a sua opinião sobre a influência do Direito na nossa sociedade e na nossa maneira de ser, e como este se exprime na própria Literatura. Tem-se a oportunidade de falar sobre uma série de livros e autores, estudando-se e analisando-se três *short stories* que nos põem a pensar.

O **método de avaliação** consiste numa ponderação entre 70% de participação em aula e trabalho ao longo do seminário + 30% da nota de um trabalho final crítico.

"Law and Literature foi uma das cadeiras que mais gozo me deu fazer. Foi um espaço de exercício intelectual, que me fez pensar em temas abstratos de uma forma simples e cativante. Perfeita para todos os tipos de leitores: os que leem pouco, muito ou até nada."

Gonçalo Castela

"É uma cadeira para quem gosta de pensar, refletir e discutir. As aulas são um espaço para abertura de pensamento, no qual todas as crenças têm um espaço para ser expressas, mas onde se exige uma certa abertura de pensamento. O Professor é uma pessoa cativante, curiosa, que não está preso a um discurso prévio, dando às aulas uma muito maior fluidez."

António Albuquerque

"Achei uma cadeira bastante acessível, em que o professor cria um bom ambiente de diálogo e discussão dentro da aula, sempre sobre temas pertinentes e que fazem pensar.

O facto mais atrativo na minha opinião é ser lecionada em inglês e ter muitos alunos de erasmus, oque cria sempre um ambiente mais diverso e dá te oportunidade de interagir com pessoas muito diferentes, sendo engraçado perceber como as diferentes culturas vêem os problemas e textos apresentados em aula

A disciplina era metade avaliada com um pequeno comentário sobre dois textos dados pelo professor em todas as aulas, e no final a avaliação também é um trabalho final, uma dissertação. As pessoas que fizeram a disciplina comigo ficaram bastante satisfeitas com a nota."

MOOT COURT – TRIAL

Professor: Fernando Oliveira e Sá

A estrutura desta cadeira é a mesma que a do Moot Court – Introduction do primeiro semestre. Tem-se de ter feito essa primeira optativa introdutória para se poder inscrever nesta segunda! A tua participação nesta disciplina depende da escolha dos professores, dependendo da equipa que integraste no Moot Court – Introduction e como foi a tua prestação, havendo, em média, 5 vagas por anos. É uma disciplina semanal, que visa preparar para um Moot Court, que versa sobre contratos de serviços e bens internacionais.

O **método de avaliação** consiste num exame oral obrigatório final, sendo também tidos em conta os vários trabalhos e participações orais ao longo do semestre.

"É uma optativa trabalhosa, comparando com outras optativas, que exige conhecimentos prévios de Processo Civil e Direito Internacional Privado."

Tomás Varandas

PROPERTY LAW

Professor: Laurie Reynalds

Esta optativa foca-se no estudo do tópico de direitos de propriedade e os seus conceitos e princípios. Estuda-se detalhadamente o direito de propriedade, compropriedade, usufruto, uso e habitação, bem como o direito de superfície e direitos de segurança e aquisição.

O **método de avaliação** consiste numa ponderação entre a nota de avaliação contínua (baseada na participação dos alunos nas aulas práticas, (50%) e na nota do teste escrito (50%)), e a nota do exame escrito realizado no final do semestre.

"Property Law é uma cadeira optativa do Transnational Law Curriculum. São os Direitos Reais, mas nos Estados Unidos, por isso, discute-se vários acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça Americano. É uma cadeira muito interessante, visto que se discute o que é a propriedade, o que é que podemos fazer com a propriedade, e o poder que o Estado pode ter perante a nossa propriedade. A Professora faz comparações bastante interessantes, permitindo que a pessoa aprenda sobre os direitos reais dos Estados Unidos, mas dando bases para perceber como é que funciona no sistema português."

Ulrica Lowndes Marques

QUESTIONS OF INTERNATIONAL LAW: AGRESSION AND EMERGING TECHNOLOGIES OF WARFARE

Professor: Afonso Seixas-Nunes

Este seminário examina um leque de questões internacionais que surgem em relação com os conflitos armados, como a possibilidade e as circunstâncias em que os Estados podem usar a força ou questões humanitárias legais e que, atualmente, são centrais no debate internacional. Divide-se em três partes. A abordagem selecionada para este seminário é um balanço entre um método doutrinal e prático do Direito Internacional. É conveniente que os alunos tenham feito previamente a cadeira de PIL (Public International Law).

O **método de avaliação** pode variar. Cada seminário tem 2h30 de duração, onde decorrerão debates entre equipas de alunos, com dois ou três alunos a assumir o papel de juízes e, posteriormente, o professor ajudará a aprimorar os argumentos utilizados. Para a avaliação final, os alunos podem escolher um dos três modelos:

1) - 50 pontos: Participação (participação ativa em cinco seminários, onde, em cada um deles, é atribuída uma avaliação até 10 pontos)

- 150 pontos: Exame escrito (os alunos devem responder a duas perguntas de quatro, acerca de um caso)

2) - 50 pontos: Participação (participação ativa em cinco seminários, onde, em cada um deles, é atribuída uma avaliação até 10 pontos)

- 100 pontos: Uma composição escrita com um limite de 2500 palavras acerca de um caso

- 50 pontos: Defesa oral da composição

3) - 20 pontos: Participação (participação ativa em dois seminários, onde, em cada um deles, é atribuída uma avaliação até 10 pontos)

- 130 pontos: Composição escrita com um limite de 4000 palavras, sobre um tópico à escolha do aluno

- 50 pontos: Defesa oral da composição

RESTORATIVE JUSTICE

Professores: Pedro Garcia Marques; Marta Sá Rebelo

Esta cadeira optativa interativa introduz os alunos a um método de resolução de conflitos que não é aprofundadamente estudado ao longo do curso. É um processo que vê para além do próprio crime, focando-se em como este prejudica as pessoas envolvidas e a própria comunidade. Esta é uma abordagem que se tem vindo a difundir sempre mais em países como a Inglaterra e o Canadá. O objeto é ensinar aos alunos os elementos chave deste instituto e que eles compreendam e consigam aplicar a sua metodologia específica na resolução de conflitos.

O **método de avaliação** consiste numa apresentação final de um caso em grupo + um teste final por escrito.

"É uma cadeira muito acessível e realmente interessante, onde resolvemos casos e abordamos uma temática que não é abordada em mais nenhuma cadeira ao longo do curso."

Andreia Mosca

RIGHT TO FAIR TRIAL

Professor: Pavel Molek

Esta optativa aborda os problemas básicos de uma das áreas mais complexas: o direito ao julgamento justo. A disciplina é tão importante para aqueles que conhecem de forma geral os Direitos Humanos, como para aqueles que não tiveram formação nesse sentido, conferindo aos alunos a capacidade de se orientarem nos problemas mais complicados acerca do direito ao julgamento justo.

O **método de avaliação** consiste numa ponderação entre 30% de participação nas aulas e 70% do exame final. As aulas baseiam-se em leitura e posteriores debates acerca dos conteúdos analisados.

"Basicamente, quando eu fiz a cadeira, durava só quatro dias e tínhamos que ler bastantes acórdãos para todas as aulas. Era intenso porque exigia sempre uma preparação prévia e nem sempre é fácil estar a ler tanto para a aula seguinte, mas é muito interessante e gostei imenso. Tive boa nota no exame, mas as notas no geral não foram espetaculares, porque o exame era diferente do que tínhamos feito nas aulas e tínhamos pouco tempo para resolver. No geral, aconselho, porque é interessante."

Ecaterina Ciubotaru

THE INTERNATIONAL PROTECTION OF SOCIO-ECONOMIC RIGHTS

Professor: Catarina de Albuquerque

Este curso vai abranger os direitos que foram surgindo após a Segunda Guerra Mundial e como os mesmos foram evoluindo à luz dos recentes acontecimentos internacionais. Procura-se relacionar esses direitos com os próprios direitos humanos e como eles estão ligados à nossa sociedade, por exemplo, como eles se relacionam com a privatização dos serviços públicos, as obrigações do Estado perante esses direitos, etc.

O **método de avaliação** consiste num exame feito em casa (um conjunto de pequenas perguntas e a realização de uma pergunta de desenvolvimento) que vale 50% da nota final, enquanto os outros 50% são baseados na participação nas aulas, inclusive na realização de pequenos trabalhos de grupo.

"O tema é muito interessante, a professora tem imensa experiência na área e um approach muito prático, também convidou uma pessoa da área para nos dar uma aula".

Marta Gomes